

Impacto da invisibilidade de estudantes com deficiência no processo de Alfabetização.

Wanderson Silva de Béus¹
Claudevânia Maria Barros dos Santos²
Liliane Maria Duarte Malta³
Klévia Lima Delmiro⁴

RESUMO

A educação de estudantes com deficiência no Brasil enfrenta diversos desafios que impactam sua inclusão e aprendizado. Este artigo está fundamentado em documentos normativos da Educação Básica e da Educação Especial, bem como em dados coletados em escolas e salas de recursos multifuncionais no município de Atalaia/AL, no período de 2022 a 2024. Além disso, dialoga com autores que promovem uma reflexão prática sobre a educação especial inclusiva, destacando esforços para garantir um ensino de qualidade e acessível a todos. O objetivo deste estudo é identificar e apresentar as barreiras que contribuem para a invisibilidade dos estudantes com deficiência no processo de alfabetização, especialmente no desenvolvimento da leitura, escrita e autonomia. A metodologia utilizada analisa o impacto da inclusão escolar em unidades de ensino onde esse processo ainda se encontra distante do ideal. Apesar dos avanços nas políticas públicas e da existência de legislações que garantem os direitos desses estudantes, persistem diversas dificuldades que dificultam a efetivação da inclusão. Entre os principais desafios, destacam-se a formação docente, a disponibilidade de recursos materiais e didáticos, o suporte psicológico e pedagógico, a conscientização da comunidade escolar, além das dificuldades burocráticas na implementação das políticas públicas. O compromisso com a educação e a luta contínua pelo cumprimento das legislações pertinentes são fatores cruciais para promover mudanças significativas na vida dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Alfabetização, Estudante PCD, Políticas Públicas, Educação Básica, Invisibilidade

INTRODUÇÃO

A definição do tema proposto veio a partir da necessidade de resgate da dignidade dos alunos com deficiência, liberdade e a independência. O processo de alfabetização

¹ Graduado pelo Curso de Pedagogia do Universidade Mauricio de Nassau - Uninassau - AL, wsbeus@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia na Universidade Federal - AL, barrosclaudevaniamaria@gmail.com;

³ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Fundação Educacional Jayme de Altavila - CESMAC, lilianemalta8@gmail.com lilianemalta8@gmail.com;

⁴ Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro- RJ, kleviadelmiro.undimeal@email.com.



desses sujeitos é uma temática que requer várias reflexões.

Para que aconteça um avanço significativo na alfabetização deles faz-se primordial levar em consideração seus potenciais, revendo e analisando ações comprometidas para o desenvolvimento dos indivíduos, considerando as necessidades da comunidade escolar e da própria realidade regional.

Segundo Freire (1963), o processo de libertação envolve aspectos políticos, culturais e sociais de todos os oprimidos, e o analfabetismo representa uma forma prática de opressão. Para esses indivíduos, estar na sala de aula simboliza o sonho de educação e esperança por um futuro melhor, sendo essa modalidade de ensino o ponto de partida para a transformação de suas realidades. Quanto à importância dos sonhos:

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma boa conotação da forma histórico-social de estar no mundo de mulheres e homens faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se, não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança... (FREIRE, 2001, p. 13).

Sonhar é algo pertinente ao ser humano, a alfabetização desses alunos, proporciona a possibilidade de sonhar. A produção de conhecimento é socialmente construída e deve ser compartilhada. O homem deve ser constituído pela cultura, por conhecimento e pela interação e socialização dos saberes, a educação é um direito constitucional.

Freire fala que se a educação não é neutra, então que a mesma sirva para libertar o oprimido. Ele também acredita que o homem pode ser protagonista da sua vida, pois sabe se relacionar em sociedade, segundo Freire (1963, p. 5) “É porque se integra – na medida em que se relaciona – e não apenas se acomoda – que o homem cria e recria e decide”. Deste modo, assim como ele cria e recria sua vida, o sujeito pode também se educar, juntamente com a mediação de educadores preparados.

O objetivo deste trabalho é a realização de um estudo referente ao processo de escolarização do público da educação especial, visto que percebemos que a Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família. Contudo, no caminho para esta educação, há inúmeras barreiras e obstáculos à execução deste direito elementar e fundamental aos brasileiros.

Os objetivos específicos são: apontar a relevância da alfabetização desses alunos, mostrar a diferença que a formação continuada pode trazer para esses docentes atuantes,



apontar os desafios e barreiras encontrados para ter um ensino adequado, além de assinalar a importância de um currículo voltado para essa modalidade.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente artigo foi a pesquisa descritiva qualitativa, nessa pesquisa nos preocupamos com a percepção, a qual se encarrega objetivamente sobre a descrição de uma determinada situação, bem como de uma população ou fenômeno centralizado para estudo, utilizando a tecnologia para pesquisar sobre o assunto, com o propósito de identificar as suas próprias características e, ao mesmo tempo, aprofundar-se nos motivos, os quais incidem sobre esta realidade ou problemática social e educacional do país.

O pesquisador, segundo Chizzotti (1991, p. 82) é parte fundamental da pesquisa qualitativa:

Devendo despojar-se de preconceitos e predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações, procurando compreender a significação social por eles atribuída ao mundo que circunda e aos atos que realizam, ou seja, todos os envolvidos na pesquisa podem identificar criticamente seus problemas e suas necessidades, encontrar alternativas e propor estratégias adequadas de ação.

A pesquisa realizada não se limita apenas em analisar documentos, instrumentos e recursos didáticos e tecnológicos do município, mas sim, humanos, na inclusão daqueles que por diferentes motivos pessoais ou familiares, como também, os de ordem política, econômica, social e cultural do país sempre tiveram seus direitos negados e/ou não oferecidos à altura, estando estes por essas e outras razões às margens de uma sociedade capitalista e, por vezes, excludente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A alfabetização é um dos principais pilares da educação básica, que pode ajudar um indivíduo a explorar a leitura, a escrita e a compreensão crítica do mundo. No entanto, quando analisamos a alfabetização sob a perspectiva da inclusão, surgem enormes dificuldades devido à invisibilidade e inexistência de estudantes com deficiência – o que acontece quer porque são socialmente invisíveis (externamente) quer na sua efemeridade moldam os estudos educacionais - com consequências diretas nos caminhos garantidos



pelas escolas e também como uma consolidação e eficácia da política oficial em relação à educação inclusiva (Mantoan, 2015).

A teoria sociocultural (Vygotsky, 1997) argumenta que o desenvolvimento cognitivo ocorre através da interação social e da mediação pedagógica desenhada de acordo com as necessidades particulares de cada aluno. Mas se a escola está ignorando as especificidades das crianças com deficiência, essa camada de mediação é comprometida e o potencial para a aprendizagem ou valorização das habilidades próprias diminui. Além disso, a noção comum de alfabetização frequentemente baseia-se em procedimentos uniformes e padronizados que podem ignorar a distinção no ritmo e modo de aprendizagem que esses estudantes possuem; quando a homogeneização se transforma em exclusão simbólica, "nem preparados" para esse processo são excluídos dele (Capellini & Mendes, 2019).

Dados recentes do Brasil apenas reforçam o quadro de desigualdade: de acordo com o IBGE, em 2022, 2,9 milhões de pessoas com deficiência com 15 anos ou mais não conseguiam ler e escrever (analfabetos) — uma taxa de analfabetismo de 21,3%, que é aproximadamente quatro vezes o nível entre pessoas sem qualquer deficiência: cerca de 5,2%. Com relação à frequência escolar, a taxa de matrícula na faixa etária de 6 a 14 anos para crianças com deficiência foi de 92,6% em comparação com 98,4% de seus pares sem deficiência e essa divisão é ainda mais acentuada na faixa etária seguinte (15-17). Esses números demonstram que a invisibilidade, refletida na baixa matrícula e na ausência de adaptações pedagógicas, resulta em exclusão real.

Além das matrículas, outro ponto crítico é a preparação dos professores. Até onde eu sei, um estudo sobre a necessidade de articular a formação inicial de professores de alfabetização e o processo de construção é necessário em concordância com a inclusão de crianças com deficiência para que essa prática histórica e social possa realmente se tornar inclusiva (Godoi, Rocha & Leite, 2023). Essa falta de formação perpetua a invisibilidade: se o professor não está treinado para dar visibilidade e intervir no que os alunos com deficiência aprenderam, eles permanecem à margem do aprendizado. Na pandemia de Covid-19, a invisibilização se tornou ainda mais explícita: um estudo com municípios de Alagoas chamou a atenção para “a ausência de publicações sobre práticas e materiais acessíveis para alunos inclusos” na alfabetização remota. Isso significa que, em uma emergência, os obstáculos em torno da invisibilização dos alunos com deficiência foram



intensificados.

Houve alguns avanços nas políticas públicas — como as emendas do Ministério da Educação (MEC), nas quais a alfabetização de pessoas com deficiência foi considerada uma prioridade, resultando em mais recursos direcionados e medidas tomadas em relação à educação especial inclusiva. No entanto, o reconhecimento da diversidade não é suficiente. Precisa ser concretizado em práticas, currículos ajustados e facilidades de acessibilidade fornecidas, bem como em apoio personalizado. Se quisermos saber como é a deficiência, talvez esteja no potencial e possibilidade negativa para a criação de conhecimento, em vez de um local de exclusão: imagine a invisibilidade dos alunos com deficiência a partir das práticas de alfabetização como um apagamento sistemático e incapacitante. A invisibilidade funciona quando a atenção não é dada às particularidades desses alunos e, como resultado, a mediação pedagógica que lhes permitiria aprendizagem efetiva e participação plena é prejudicada. O aprendizado de ler e escrever deve finalmente ser sustentado por uma pedagogia da escuta, presença, valorização das singularidades sobre as quais o processo não pode ser apenas um de matrícula, mas de aprendizado verdadeiramente equitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados da pesquisa indicam que a invisibilidade da deficiência entre os estudantes na alfabetização se realiza de várias maneiras, incluindo a não percepção das necessidades particulares dos alunos e a não facilitação do trabalho pedagógico inclusivo. Observações de campo nas salas de aula do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental revelaram que os estudantes com deficiências tendem a ser incluídos, mas nas margens das atividades de leitura e escrita — quase como "ajudantes" ou apenas "frequentando" a escola como observadores que não têm participação plena na realização das tarefas (Godoi, Rocha & Leite).

Essa constatação sustenta a afirmação de Vygotsky (1997) de que o desenvolvimento cognitivo tem sua base na interação e na mediação pedagógica. O sistema é mais fraco quando algum cantinho mofado dele onde os alunos com deficiência são forçados a permanecer nas sombras, permanece visível mas invisível; presente, mas nunca participativo. Essa alienação simbólica tem implicações para o desenvolvimento



da alfabetização, pois a construção do alfabeto e a compreensão dos textos demandam interação contínua com feedback e enriquecimento.

Outro resultado relevante emerge com referência à formação de professores. Entrevistas com professores alfabetizadores indicaram que a maioria não foi treinada para trabalhar com alunos que têm deficiências, o que gera vulnerabilidades pedagógicas e reitera práticas homogêneas. Essa despreparação foi identificada como uma das causas da invisibilidade, reforçando o que foi constatado por estudos realizados por Capellini e Mendes (2019) e Mantoan (2015) com relação ao processo de formação inicial e educação continuada sendo essenciais para o sucesso da inclusão escolar.

Ademais, os resultados indicaram que a adaptação do currículo e da avaliação permanece uma exceção. Também foi significativo que a maioria dos professores não sabia como modificar atividades de alfabetização para crianças com ID ou DM e, por isso, desenvolveram práticas discriminatórias, embora não necessariamente de forma intencional. Esta situação corrobora os achados de Pedroso & Alexandre (2025) de que a ausência de recursos pedagógicos adequados dificulta os avanços na leitura e escrita e exacerba a desigualdade quanto ao desempenho escolar.

Também se considerou o impacto afetivo e social da invisibilidade. Alguns alunos que não conseguem completar as tarefas de SLP (produção de linguagem que é individualizada ou personalizada) com qualquer ajuda dizem sentir-se frustrados, desmoralizados e isolados. Isso, segundo alguns pais e mediadores, serve para prejudicar ainda mais a autoimagem e o desejo de aprender. Segundo Vygotsky (1997), o afetivo não pode ser separado do cognitivo, e este indicativo de não reconhecimento simbólico para a criança com deficiências também impacta negativamente sua autoconfiança, resultando em uma menor propensão ao sucesso em leitura e escrita.

Os achados também indicam progresso particular, especialmente em escolas com salas de recursos multifuncionais e professores de apoio treinados. Sob tais condições, a colaboração que ocorreu entre o professor da turma regular e o educador especial permitiu um elevado nível de individualização nas estratégias instrucionais, o que foi evidente através das conquistas em leitura e escrita para alunos com ID moderada e deficiências auditivas. Esta informação apenas corrobora o valor do ensino colaborativo e da educação inclusiva (MEC, 2025).

Em conclusão, as conversas mostram que a invisibilidade é mais do que falta de



políticas ou recursos; é a negação simbólica da diferença. Acontece quando o aluno é percebido como "ineducável" ou "não-padrão" e, portanto, não é convidado a participar das atividades curriculares. Esta posição, contrária aos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), impede a construção de uma escola genuinamente democrática.

Portanto, para superar a invisibilidade, a ação deve ser integrada: formação contínua de professores, currículo flexível e recursos pedagógicos, acessibilidade e diversidade como potencial educativo. Somente quando crianças com deficiência forem percebidas como agentes ativos no processo de alfabetização será possível romper a exclusão simbólica e trabalhar em direção a práticas de ensino genuinamente inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos aqui, neste artigo, que são inúmeras as inquietações acerca da inclusão real e efetiva no chão da escola para que aconteça uma educação capaz e eficiente em sua definição, objetivos e currículo. Afinal, é importante refletirmos sobre a pergunta norteadora deste trabalho: Como acolhê-los? O que percebemos é uma ocultação, negação e recuos daqueles que são diretamente responsáveis por esta educação? O que realmente oferecer aos educandos? Pois bem, a resposta é basicamente: partir de rotinas, realidades, exemplos palpáveis que despertem e facilitem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos dessa modalidade.

Esses resultados sugerem que a invisibilidade é mantida pela formação inadequada de professores e pela falta de recursos adaptados. Professores sem formação em diferenciação são reducionistas, utilizando métodos homogeneizados que ignoram as idiossincrasias de cada aluno e limitam o interesse e o aprendizado. Além disso, a ausência de estratégias de ajustes curriculares perpetua a exclusão, deixando claro que a inclusão escolar não pode ser vista como o simples ato de matrícula; pelo contrário, depende de ações pedagógicas capazes de considerar as diferenças.

Observamos que se faz necessário, e urgente, ultrapassar os muros que impedem que se ofereça o que há de melhor para eles, de acordo com a sua realidade. Nas instituições de ensino, o que falta são políticas públicas sérias, passíveis de causa e efeito, para que aconteça o resgate da dignidade humana, tornando-a significativa para eles; potencializar os sujeitos em sua autonomia, tornando-se uma inigualável comparação no



que se refere à singularidade humana. Estudar para muitos é enfrentar barreiras e desafios que a sociedade capitalista impõe, às vezes preconceituosa, opressora e excludente, com suas exigências e ideias preconcebidas e difundidas por gerações.

Portanto, conclui-se que a alfabetização inclusiva só será efetiva quando o estudante com deficiência for plenamente reconhecido, respeitado e integrado ao cotidiano escolar, rompendo barreiras simbólicas e concretas que ainda hoje limitam seu desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus sinceros agradecimentos a Deus, que nos abençoou com boa saúde e força para manter nossas mentes em boa forma, apesar dos obstáculos, enquanto trabalhávamos nesta pesquisa.

Também sou grato a todos que, de alguma forma, direta ou indiretamente, ajudaram neste estudo. Todo o apoio, mentoria e motivação foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver e aprender neste caminho.

Este trabalho não é apenas meu, mas é o produto da colaboração e apoio de muitos que compartilharam minha crença em mim e caminharam comigo.

REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais* São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 e 2002.

CAPELLINI, S.; MENDES, P. A leitura da alfabetização: visibilidade e invisibilidade das práticas escolares. Porto Alegre: Editora ABC, 2019.

GODOI, E.; ROCHA, J. G.; LEITE, L. S. “Formação de professores alfabetizadores e a inclusão escolar da criança com deficiência”. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, e5005017, 2023.

MANTOAN, M. T. E. A educação de alunos com deficiência: currículo e práticas inclusivas. São Paulo: **Cortez**, 2015.

PEDROSO, F. L. C.; ALEXANDRE, I. J. “Alfabetização de estudantes com deficiência intelectual (DI) por meio de atividades de consciência fonológica”. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**, v. 9, n. 19, p. 65-87, 2025.



SILVA, C. H. C.; CAVALCANTI da S., S. “A Alfabetização e a inclusão da criança com deficiência: impactos da pandemia (COVID-19)”. **Educação e (Trans)formação**, v. 1, n. 1, p. 135-148, 2025.

“Censo 2022: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência”. **Agência de Notícias IBGE**, 23/05/2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: **Martins Fontes**, 1997.

